



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
URBANOS E REGIONAIS



Disciplina: Tópicos Especiais - Crise Hídrica e Vulnerabilidade Social

Professor: José Gomes Ferreira

Semestre: 2016.2, 45 horas, 3 créditos

EMENTA

Acesso à água e saneamento. Escassez de água, stress hídrico e qualidade da água. Insustentabilidade dos ecossistemas e iniquidade social. Governança e conflitos pela água. Culturas da água e valor eco-social da água. Convivência com o semiárido e mudança climática. Resposta à seca, infraestruturas e programas de apoio social: suspensão ou rodízio no abastecimento de água e carros-pipa; programas Bolsa Estiagem, Garantia-Safra, Bolsa Família e Programa 1 Milhão de Cisternas. Transposição do rio S. Francisco e perspectivas de desenvolvimento do Nordeste.

OBJETIVOS

Através da análise das questões atuais da seca no Nordeste e das suas implicações sociais, procura-se capacitar o aluno para o entendimento dos processos climáticos e da sua implicação na definição das políticas e construção da identidade regional, discutindo os impactos face às possíveis vulnerabilidades e tipologia de respostas..

AVALIAÇÃO

Haverá 3 atividades obrigatórias:

- 1) Duas resenhas individuais (recensão de artigo ou livro e trabalho final)
- 2) Um seminário de grupo.
- 3) Frequência.

AULA 1 – APRESENTAÇÃO

Apresentação do programa da disciplina e discussão de questões gerais relativas aos temas que serão discutidos ao longo do semestre, de modo a programação e metodologias aos interesses de pesquisa de todos os participantes.

AULA 2 – CRISE DA ÁGUA E VALOR ECO-SOCIAL

Vivemos no Planeta Azul, porém enfrentamos uma crise global da água de grandes dimensões, estando os problemas da água na origem de uma catástrofe ecológica e humanitária à escala global. A crise da água não se deve apenas a problemas de escassez e de qualidade, é uma consequência da convergência da insustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da iniquidade e pobreza derivada do modelo socioeconômico e de uma crise de governança. É necessária uma nova abordagem que encare a água não apenas como um recurso e um produto, mas como um ativo eco-social e um agente de socialização, ou seja, uma Nova Cultura da Água, mais participada e mais fluída, que no nosso quotidiano intercepta relações entre cidadãos, consumidores, Estado e agentes econômicos.

Arrojo Agudo, Pedro (2009). "El reto ético de la crisis global del agua". Relaciones Internacionales, núm. 12.

Schmidt, Luísa e Pedro Prista (2010). "Água, o líquido social". In CCDRC (Eds.). À Beira da Água. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pp. 6-39.

Ferreira, José Gomes et al. (2014). "Água: Perceções, valores e preocupações em perspetiva comparada. Revista Recursos Hídricos". V. 35, n. 2, p. 99-106.

AULA 3 – GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL

Histórico das políticas federais e estaduais de recursos hídricos e do atendimento das comunidades com serviços de água e esgoto. Articulação entre as políticas da União, dos estados e dos municípios. Intervenção de outros atores sociais no debate, designadamente através dos Comitês de Bacia. Informação e transparência na gestão, planeamento e monitoramento dos recursos hídricos.

Britto, A. L. N. P. et al. "Da fragmentação à articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico." Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais 14.1: 65-83. 2013.

Jacobi, P. R. "Planejamento e participação da governança da água no Brasil e suas interfaces com a governabilidade dos serviços de saneamento". In Leo Heller; José Esteban Castro. (Org.). Política pública e gestão de serviços de saneamento. 01ed. Belo Horizonte: UFMG/Fiocruz, V. , p. 542-555. 2013.

Murtha, Ney Albert, José Esteban Castro, e Léo Heller. "Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil." *Ambiente & Sociedade* 18.3 (2015): 193-210.

OCDE (2015). *Governança dos Recursos Hídricos no Brasil*. OECD Publishing, Paris.

AULA 4 – ÁGUA E SANEAMENTO COMO DIREITOS HUMANOS

Desde 2010 que as Nações Unidas reconheceram o acesso à água e esgotamento sanitário como Direitos Humanos, porém, ainda é longo o caminho a percorrer, designadamente no Brasil e em particular no Rio Grande do Norte. Na primeira sessão dedicada ao tema discutiremos os pressupostos desse direito e com tem sido aplicado no Brasil.

Castro, José Esteban (2015). "La producción y reproducción de la desigualdad y la injusticia social estructural: observaciones desde el campo empírico de los servicios públicos esenciales." *Estudios Latinoamericanos*. 36: 111-130.

Castro, José Esteban, Léo Heller, e Maria da Piedade Morais (editores) (2015). *O Direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Brasília: IPEA.

Britto, Ana Lúcia "Tarifas sociais e justiça social no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil". In CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. *O Direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Brasília. IPEA. 209-225. 2015.

AULA 5 – ÁGUA E SANEAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE

Na sessão serão discutidos os dados evolução do setor, realçando o papel dos municípios e o cruzamento com dados sociodemográfico, identificando possíveis bloqueios e bons exemplos. Debateremos igualmente a degradação dos rios brasileiros com base nos dados existentes e traçaremos uma panorâmica sobre a situação internacional.

Ferreira, José Gomes e Fábio Figueiredo Fonseca (2016). "Panorama do saneamento básico no Rio Grande do Norte". Sala de Situação Coordenação e Controle para o Enfrentamento da Microcefalia.

SOS Mata Atlântica (2016). Dia Mundial da Água. Qualidade da água nos rios, córregos e lagos brasileiros 2015. Acedido a 26 de Abril de 2016 em <https://www.sosma.org.br/projeto/rede-das-aguas/observando-os-rios/analise-da-qualidade-da-agua/>

AULA 6 - CONFLITOS E AÇÃO COLETIVA

O conflito social é por vezes tomado na sua conotação mais negativa, como sinónimo de confronto, porém, não é necessariamente assim. Na história das Ciências Sociais, conflito e consenso ocupam os mesmos territórios, assumindo-se o conflito como potenciador da interação social e como propulsor da mudança.

Acsehrad, Henri (2014). "Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil." *Sociologias* 16.35.

Alonso, Angela, e Valeriano Costa. "Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil." Hector Alimonda (Comp.) *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Buenos Aires: CLACSO (2002).

Ferreira, Lúcia da Costa. "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro." *Ambiente & sociedade* 5 (1999): 35-54.

Simmel, George (2010). *El conflicto. Sociología del antagonismo*. Madrid: Sequitur.

Coser, Lewis (1977). "Estrutura e conflito". in Blau, Peter M. (org.). *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. pp. 231-240.

AULA 7 – CONFLITOS DA ÁGUA

Apresentando-se como um recurso escasso e distribuído de forma desigual, a água é uma das temáticas ambientais que mais conflitos gera, com a particularidade de se tratar de um tipo de conflito que vai para além da luta por valores ecológicos, na medida em que remeter para a cidadania e para as desigualdades sociais. A partir do debate clássico das Ciências Sociais sobre conflito e consenso é discutida a evolução do conceito e a especificidade do conflito da água.

Amorim, Alcides Leite de (2016). *Mecanismos de resolução de conflitos em bacias hidrográficas compartilhadas: o caso das Bacias dos rios Piranhas-Açu (Brasil) e Tejo. (Península Ibérica)*. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Recursos Naturais.

Ferreira, José Gomes (2016). *Saneamento básico. Factores sociais no insucesso da despoluição da bacia do rio Lis*. Saarbrücken: Novas Edições Académicas.

Campos, Valéria Nagy de Oliveira e Ana Paula Fracalanza (2010). "Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso." *Ambiente & sociedade* 13.2: 365-382.

AULA 8 – NORDESTE COMO CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

O Nordeste como região distinta do restante do Norte tem sido encarado como produto de uma construção simbólica e política, na qual a Literatura, as artes e a Sociologia cumprem um papel decisivo a partir da segunda metade do século XIX. Desde a grande seca de 1877 que o fenômeno se tornou indissociável da construção imagético-discursiva do Nordeste. Apesar disso, somente quase um século depois o Nordeste se institucionaliza como região e abriu caminho a uma intervenção mais ampla e prioritária.

Furtado, Celso (1984). *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento*. Revista de Economia Política. Vol. 4, nº3. 23.

SANTOS, Rafael José dos (2013). "Engenho, a cidade e a seca: notas sobre a produção simbólica do nordeste". *GUAVIRA LETRAS*, n. 17, ago.-dez. 2013, P.124-162.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. (2011). "A aridez das ideias: a questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores". (Mimeo).

Freyre, Gilberto (1937), *Nordeste: A Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio.

Calazans, Rejane. " Ambivalências: O Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 22.64 (2007): 75-80. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000200006&script=sci_arttext&tlng=es

AULA 9 – SECA E IMPACTO NA POPULAÇÃO - OS RETIRANTES

As grandes secas no Nordeste brasileiro e o impacto sobre a população. Os retirantes como primeiros refugiados ambientais.

Matos, Marcos Paulo Santa Rosa. "Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no nordeste do Brasil." *Nômadias* (2012): 155. <http://revistas.ucm.es/index.php/NOMA/article/download/41773/39806>

Ab'Sáber, Aziz Nacib. "Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida." *Estudos avançados* 13.36 (1999): 7-59. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>

Neves, Frederico de Castro. (2003). ""Desbriamento" e " perversão": olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877." Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.

Santos, Rafael José dos. (2015). "O engenho, a cidade e a seca: notas sobre a produção simbólica do Nordeste." Guavira Letras. Nº 17: 124-162. <http://marcacini.com.br/seer/index.php/guavira/article/download/101/83>

AULA 10 – ENTREGA DO PRIMEIRO TRABALHO

Entrega do primeiro trabalho escrito e avaliação dos temas debatidos.

AULA 11 – POLÍTICA PÚBLICA E INDÚSTRIA DA SECA

Políticas públicas e arranjo institucional no combate à seca. Medidas de mitigação na convivência com a seca no semiárido nordestino: a suspensão do abastecimento e o rodízio, o abastecimento de emergência com carros-pipa. Novos atores e novas economias da água.

Campos, José Nilson B. "Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos." estudos avançados 28.82 (2014): 65-88. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000300005&script=sci_arttext&tlng=pt

Gutiérrez, Ana Paula A., et al. (2014). "Drought preparedness in Brazil." Weather and Climate Extremes 3: 95-106. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212094713000340>

da Silva Filho, Leonides Alves. (2009). SUDENE: 50 anos. Uma abordagem política, institucional e administrativa. Recife: Comunigraf Editora. http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf

AULA 12 – PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS E PROGRAMAS DE APOIO SOCIAL

O Programa 1 Milhão de Cisternas e a articulação das políticas públicas com as iniciativas da sociedade civil no enfrentamento da seca. A resposta das políticas públicas a situações de emergência social: programas Bolsa Estiagem, Garantia-Safra, Bolsa Família e os programas estatais para enfrentamento da seca.

Assis, Thiago Rodrigo de Paula. "Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa um milhão de cisternas rurais (P1MC)." *Revista Políticas Públicas* 16.1 (2013).

Pontes, Emilio Tarlis. "A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais." *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* 4.1 (2012): 14-21.

AULA 13 – TRANSPOSIÇÃO DA ÁGUA DO RIO SÃO FRANCISCO

Está em curso a obra da transposição do rio São Francisco para as bacias setentrionais do Nordeste. Trata-se de uma obra polemica, cujos 700 km de canais vão ter impacto sobre cerca de 45,5 milhões de pessoas. A infraestrutura é considerada socialmente injusta, por não levar água para o consumo humano, servir o agronegócio, a criação de camarão e a produção de energia, e ser tecnicamente errada, pois existe disponibilidade de água na região que poderia satisfazer as necessidades sem obras, e no caso de se concretizar a água deveria vir do rio Tocantins.

Domingues, Rita (2015). "Ordenamento territorial, governança e a transposição de águas do São Francisco: uma perspectiva." *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território* 8: 51-74.

Rebouças, Aldo da C. (1997). "Água na região Nordeste: desperdício e escassez." *Estudos Avançados* 11.29: 127-154.

Soares, Edmilson (2013). "Seca no nordeste e a transposição do rio São Francisco." *Revista Geografias* 9.2: 75-86.

AULA 14 – MUDANÇA CLIMÁTICA E SECA NO NORDESTE

A seca nordestina num cenário de possível agravamento das condições climáticas. Cenários do IPCC e impacto do El Niño no Nordeste. Agricultura de regadio e maior pressão pelo uso da água.

Marengo, José A. (2010). "Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil." *Parcerias estratégicas* 13.27: 149-176.

Marengo, José Antônio (2008). *Água e mudanças climáticas. Estudos Avançados*, 22.63.

Cruz, Rogerio Pires da (2014). *Mercados de terras agrícolas no semiárido nordestino: constituição, desenvolvimento e dinâmica recente. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.*

Grupo de Trabalho II do IPCC (2015). Sumário para os Tomadores de Decisão do Quinto Relatório de Avaliação (2014).. Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. WGIAR5. São Paulo: Iniciativa Verde/Instituto HSBC Solidariedade.. http://www.iniciativaverde.org.br//lib/php/download.php?cfg=1&arq=produtos/37_2015_05_04_relatorio_ipcc_portugues.pdf&mde=ProdItem&cod=37

AULA 15 – SEMINÁRIOS E ENTREGA DO SEGUNDO TRABALHO

Realização de seminários com base nos grupos previamente definidos.

AULA 16 – ENTREGA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Entrega e discussão dos resultados obtido pelas nas quatro tarefas da avaliação.

Comentários e avaliação da disciplina; sugestões no sentido de melhorar a disciplina nos semestres posteriores.